

O AVANÇO NA TERCEIRIZAÇÃO DAS COZINHAS: ESTUDO DE CASO COM AS MERENDEIRAS EM UMA ESCOLA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE IPUBI-PE

Ivaneide Severo Goiana ¹

RESUMO

O pleno funcionamento das escolas depende da contribuição de diversos trabalhadores e trabalhadoras da educação. Nas escolas públicas do Estado de Pernambuco, aquelas que se responsabilizam pelo serviço de alimentação recebem a denominação de merendeiras. A merenda escolar é um importante mecanismo de fixação que age como um incentivador para que alunos que venham de famílias carentes continuem a frequentar a escola e consigam prosseguir com sua educação evitando que acabem seguindo o caminho do trabalho infantil. Esse foi um dos principais motivos da criação dos primeiros programas que implementaram a merenda nas escolas públicas do Brasil. O presente estudo analisou as relações de trabalho das merendeiras terceirizadas em uma escola pública no município de Ipubi-PE onde funcionam turmas nas modalidades de ensino fundamental vinculado à prefeitura, ensino médio vinculado ao Estado, além do EJA (Educação de Jovens e Adultos) e educação especial. Foram acompanhadas as atividades de quatro trabalhadoras por meio de observações no local, registro fotográfico do processo de produção dos alimentos e depoimentos sobre o seu trabalho. Como resultado, revelaram-se as dificuldades enfrentadas nessa cozinha escolar, bem como os principais mecanismos de enfrentamento desenvolvidos pelas profissionais para lidar com as demandas do trabalho. Nessa escola, as merendeiras estão no cargo por mais de 12 anos, o que aponta para o modelo de contratação terceirizado como um meio de baratear os custos com o receituário da burla da legislação. Portanto, nesses casos, a contratação deveria ser efetuada mediante concurso público. Esse modelo, onde a prestação terceirizada de serviço das merendeiras avança e vem gerando precarização das condições de trabalho dessas mulheres, levando a uma violação dos direitos trabalhistas e deixando-as desamparadas no caso de uma demissão repentina.

Palavras-chave: Merendeiras, Gênero e Educação, Terceirização.

INTRODUÇÃO

O pleno funcionamento das instituições de ensino requer a participação de vários profissionais da área educacional. Nas escolas públicas de Pernambuco, as pessoas encarregadas do serviço de alimentação são conhecidas como merendeiras. Este estudo examinou os vínculos laborais das merendeiras contratadas em uma escola pública em Ipubi-PE, que opera com turmas de ensino fundamental vinculado à prefeitura e ensino médio sob a responsabilidade do Estado, além do EJA (Educação de Jovens e Adultos). A pesquisa procurou entender a estrutura e as peculiaridades do trabalho das merendeiras, além de suas implicações, tanto para a execução do programa de alimentação escolar quanto para as próprias funcionárias.

¹ Mestre em História da Educação pela Universidade Federal do Ceará- UFC, ivanedesevero28@gmail.com;

Garantir a alimentação escolar não é simplesmente falar sobre o fornecimento e distribuição das refeições nas instituições educacionais, antes de chegar até o educando envolve um processo que passa por vários agentes, desde a sua produção, seleção, distribuição é a preparação função das merendeiras, responsáveis pelo manuseio e preparo dos alimentos. Uma boa alimentação, ajuda no desenvolvimento da consciência nutricional das crianças, facilitando o processo de aprendizagem. Para tanto faz-se necessário a promoção de alimentos saudáveis e a colaboração entre a Escola, merendeiras (os), nutricionistas, familiares, produtores locais e órgãos governamentais, para alcançar um cenário ideal de alimentação escolar saudável e de qualidade, para tanto faz-se necessário uma escolha consciente desses alimentos bem como o seu preparo. A merenda escolar é um importante mecanismo de fixação que age como um incentivador para que alunos que venham de famílias carentes continuem a frequentar a escola e consigam prosseguir com sua educação evitando que acabem seguindo o caminho do trabalho infantil. Esse foi um dos principais motivos da criação dos primeiros programas que implementaram a merenda nas escolas públicas do Brasil, o PNAE (Programa Nacional de alimentação).

O PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo (BRASIL, 2009).

A Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco (SEE-PE) realiza a execução do Programa de Alimentação Escolar adotando o modelo misto de gestão - empresas terceirizadas elaboram e distribuem as refeições nas escolas, sendo essa decisão pela terceirização tomada por um administrador público. O papel das merendeiras nas escolas públicas é central no PNAE e de suma importância para o processo de aprendizagem dentro do espaço escolar. Porém, as condições de trabalho das merendeiras tem sido motivo de protestos e greves. É nesse contexto sobre o debate a respeito das condições de trabalho dessas profissionais da educação que a presente pesquisa se insere.

Segundo Alves (2013), desde o avanço capitalista na década de 2000, a terceirização se tornou a principal forma de precariedade salarial no Brasil, expandindo-se tanto no setor industrial quanto no de serviços e administração pública. Essa prestação de serviços mediante contratação através empresas terceirizadas tem se mostrado altamente pernicioso para os trabalhadores brasileiros e fere gravemente os princípios constitucionais e o direito do trabalho.

A terceirização é um neologismo derivado da palavra terceiro, significando intermediário, interveniente. É um processo pelo qual a empresa repassa suas atividades secundárias para outra empresa, como forma de manter o foco nas suas atividades estratégicas.

O processo pelo qual uma empresa deixa de executar uma ou mais atividades realizadas por trabalhadores diretamente contratados e as transfere para outra empresa (DIEESE, 2007, p. 05).

Nesse processo, a empresa que terceiriza a atividade é chamada empresa contratante e a empresa que executa a atividade, contratada ou mesmo empresa terceira. O crescente desemprego provocado ao longo do desencadeamento das crises na história do Brasil, contribuiu para a intensificação da exploração no âmbito trabalhista. A precarização do trabalho está intrinsecamente ligada à terceirização.

As empresas do setor industrial buscam garantir seus altos lucros, exigindo e transferindo aos trabalhadores a pressão pela maximização do tempo, pelas altas taxas de produtividade, pela redução dos custos com trabalho e pela “volatilidade” nas formas de inserção e contratos (ANTUNES; DRUCK, 2014, p.17).

Existe por parte dos defensores da terceirização uma valorização nos ganhos advindos dessa prática como um caminho para modernidade, porém a realidade que esse mecanismo impõe não é da modernidade, e sim de relações arcaicas de trabalho ferindo os preceitos de igualdade. Segundo dados de 2013 da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o que motiva 91% das empresas a terceirizarem parte de seus processos é a redução de custo, enquanto 2% das empresas busca a especialização técnica. Logo, isso pode ocorrer em prejuízo dos direitos, da remuneração e das condições de saúde e segurança dos trabalhadores.

Pela perspectiva social, segundo a Central Única dos Trabalhadores (CUT), grande parte dos direitos dos terceirizados acaba sendo desrespeitada e isso cria a figura de um “trabalhador de segunda classe” e é necessário olhar para as questões relacionadas à vida dos trabalhadores(as), aos golpes das empresas que fecham do dia para noite e não pagam as verbas rescisórias aos seus trabalhadores e empregados e as longas e exaustivas jornadas de trabalho (CUT, 2014).

Empresas terceirizadas geralmente buscam trabalhadores que se encontram em situação mais desfavorável, em sua grande parte mulheres, negros, jovens, migrantes e imigrantes, estes acabam se submetendo a este tipo de emprego. Para a CUT (2014), a terceirização não gera emprego, e sim que esses empregos já teriam que existir para a produção e realização dos serviços necessários à grande empresa, o que a empresa terceira

gera é trabalho precário, com maiores jornadas e ritmos de trabalho, o que pode levar a, na verdade, uma redução na quantidade dos postos de trabalho disponíveis.

Nas décadas de 80 e 90 houve uma redução no tamanho do Estado e existia um combate à burocracia, esses foram os pilares do Plano Diretor de Reforma do Estado para a Administração Pública, que foi implantado nos anos de 1990. Nesse período surge no cenário político a concepção de Estado fundamentada no modelo de gestão de serviço, ou seja, na mudança da forma de propriedade do Estado (público e não estatal) e na Administração (gerencial) absorvendo princípios utilizados na gestão privada. É a partir da década de 90 que se intensificou o uso de contratação terceirizada no setor público na medida em que os instrumentos legais e institucionais foram construídos para execução dos objetivos de gestão e na linha do ajuste fiscal, tanto em empresas públicas como na própria administração direta.

Portanto, é essa concepção que vem sendo mantida desde então, sob a justificativa de menores gastos com pessoal e suposta melhoria na eficiência dos serviços públicos. Para se chegar a uma maior eficiência e eficácia dos serviços públicos, uma série de atividades necessárias, como limpeza, vigilância, transporte, serviços, técnicos de informática, e outros, foram considerados “serviços auxiliares” passíveis de terceirização, para que o estado pudesse se “concentrar” na execução das “funções típicas” de Estado.

Para CUT (2014), isso permitiu maior aporte e investimento em empresas da iniciativa privada, que acabam por perceber de quatro a seis vezes o valor que repassam aos funcionários terceirizados. Os gastos com contratação terceirizada são mais altos do que a contratação mediante concurso público, além disso, como a empresa terceirizada pode substituir um funcionário já treinado a qualquer tempo, fica responsabilizado, o estado, a treinar o novo funcionário, não havendo vínculo entre o estado e o funcionário, os recursos para treinamento acabam sendo perdidos.

A subcontratação ou terceirização existe desde os primórdios do capitalismo. Contudo, a partir da crise do capitalismo e do modelo fordista nos anos 70 e difusão do padrão do toyotismo nos 80, a terceirização passa a ter centralidade na implantação das políticas neoliberais para o fenômeno da reestruturação produtiva, da globalização econômica e financeira, mecanismos adotados para o desenvolvimento do capitalismo.

Atualmente, encontramos um avanço da terceirização do trabalho no Brasil em todas as suas dimensões. Inúmeros estudos qualitativos indicam que, diante de qualquer crise econômica, os primeiros a serem penalizados são os mais vulneráveis e, dentre esses, estão os terceirizados. São profissionais dos hospitais, garis, zeladores e faxineiras nos

serviços de limpeza, recepcionistas e segurança e outros. No caso dos serviços públicos, por exemplo, cada corte de recursos do governo implica a redução das despesas de custeio, o que tem levado à demissão de terceirizados.

Para Druck (2007), a terceirização é uma forma de gestão e organização do trabalho que assumiu centralidade em todas as atividades de trabalho no contexto das reestruturações produtivas e da hegemonia neoliberal em nível mundial e nas últimas décadas as pesquisas sobre terceirização no Brasil e em outras regiões do mundo, atestam que os trabalhadores terceirizados são muito mais precários que os demais. É notória a desigualdade em todos os indicadores: os terceirizados recebem menos, trabalham mais, têm menos direitos e benefícios, são mais instáveis, se acidentam e morrem mais e estão crescendo mais do que os demais trabalhadores. E, para completar esse quadro, decorrente desse grau de precariedade, têm maiores dificuldades de organização sindical.

No caso do processo de precarização do trabalho das merendeiras vale mencionar as evidências dos estudos conduzidos por Tanajura e Freitas (2012, p. 922).

O trabalho desses profissionais é marcado pela pressão e pelo desgaste físico decorrentes de atividades demarcadas pelo tempo, fazendo com que desempenhem várias tarefas ao mesmo tempo, o que gera, muitas vezes, ansiedade, insatisfação, desgaste e doenças. O excesso de trabalho pode caracterizar-se pelo número reduzido de funcionários para realizar diversas atividades, pelo próprio exercício diário, que é marcado por um ritmo considerado “pesado”, e por desempenhar atividades que não são atribuições das merendeiras, como, por exemplo, supervisionar escolares.

No caso das cozinhas escolares, é necessário compreender, antes de mais nada, o programa em que atua a merendeira, o PNAE, e sua importância no cenário educacional brasileiro. De acordo com a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 em seu Art. 4º, caput:

O Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

Portanto, o objetivo do fornecimento de alimentação nas escolas públicas é atender às necessidades nutricionais dos alunos, melhorando as condições fisiológicas e o desempenho escolar, promovendo educação alimentar e nutricional, reduzir a evasão escolar, bem como dinamizar a economia local e a vocação agrícola (BRASIL, 2009). Segundo Pipitone *et al* (2003), o PNAE é caracterizado como a política pública de maior longevidade no país, sendo considerado um dos maiores, mais abrangentes e duradouros programas na área de alimentação escolar do mundo.

MÉTODOS E TÉCNICAS

O estudo de caso utilizou uma abordagem qualitativa e de caráter descritivo segundo sustenta Yin (2010) e Prodanov; Freitas (2013). Num primeiro momento foram realizados estudos em sites, livros e artigos a fim de levantar o referencial teórico relacionado em questão em tela. Em um segundo momento foi realizado um levantamento de campo por meio de visitas a escola e entrevistas com as merendeiras.

Durante as visitas foram realizadas análises sobre o ambiente e condições de trabalho das quatro merendeiras contratadas por intermédio de empresa terceirizada para prestação do serviço na cozinha da escola. As entrevistas consistiam das seguintes perguntas: Quanto tempo está no cargo? São tratadas diferentes de pessoas concursadas? O salário é pago em dia? Já trabalhou terceirizada antes e foi mandada embora? Já recebeu menos que um salário mínimo? É sindicalizada? Já precisou fazer greve?

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município de Ipubi onde funciona a escola pesquisada é formado administrativamente pela cidade e os distritos de Serra Branca e Serrolândia possui uma população estimada em pouco mais de 30 mil habitantes (IBGE, 2022). A agricultura já foi a principal fonte de movimentação econômica do município, porém hoje a maior parte da economia gira em torno da exploração da gipsita, apesar de ainda existir cultivos vegetais e criação de animais como fontes de renda na cidade.

A escola em questão é parte da rede do ensino público que conta com as modalidades de ensino fundamental vinculada à prefeitura, ensino médio vinculada ao estado, além das modalidades EJA (Educação de Jovens e Adultos) e educação especial. Atualmente existem 586 alunos matriculados na modalidade ensino médio, 146 alunos matriculados na modalidade de ensino EJA e 5 matrículas na educação especial.

A escola pesquisada conta atualmente com 4 merendeiras. Pela manhã ficam 3 merendeiras, pela tarde ficam as 4 merendeiras, enquanto no turno da noite, por ter menos alunos matriculados, fica apenas 1. O horário de trabalho é dividido em 3 turnos de acordo com os horários das aulas. O turno da manhã é de 7:30 às 12:00, o turno da tarde é de 13:00 às 17:30 e o turno da noite das 18:40 às 22:00.

Além do preparo de alimentos, as merendeiras também se encarregam pela arrumação do refeitório e da cozinha, recepção e conferência de mercadoria recebida,

identificação de mercadorias e acompanhamento dos prazos de validade, elaboração de lista de compras e digitação e disponibilização do cardápio. As atividades envolvem limpeza e higiene da cozinha, local onde a comida é armazenada e preparada e do refeitório, local onde os alimentos preparados são servidos para estudantes, professores e funcionários. A rotina de trabalho se dá conforme fluxo do processo constante da Figura 1, a seguir.

Figura 1: Sequência de atividades das merendeiras



Fonte: A Autora (2023).

Ao chegar pegam o material necessário para fazer a higiene do local e então higienizam a cantina, os refeitórios, as mesas onde os funcionários e alunos se alimentam e os bebedouros do refeitório. Feita a limpeza dos ambientes, elas pegam o que é necessário para fazer café e a primeira refeição do dia, produzem café e a refeição, em seguida guardam e organizam o restante do estoque de ingredientes nos seus locais.

Em seguida a sirene toca sinalizando a hora do intervalo, as merendeiras disponibilizam pratos e talheres no local de coleta para os estudantes e funcionários pegarem, os estudantes e funcionários se organizam em fila para serem servidos, as merendeiras servem a comida de acordo com a ordem da fila, e enquanto os estudantes e funcionários se alimentam elas realizam a limpeza da cozinha, do fogão, das mesas e das pias utilizadas na produção das refeições, além de panelas, pratos, talheres e utensílios que usaram, esperam que o refeitório fique vazio novamente, e então fazem a limpeza do chão e das mesas do refeitório para receber próximo turno.

As atividades das merendeiras também incluem recepção, conferência identificação e organização de mercadoria. O processo é o seguinte: a mercadoria chega, elas recebem, conferem para ver se está tudo certo, verificam a data de validade e o peso, organiza a mercadoria nos depósitos e as identificam de acordo com a data de validade com etiquetas para facilitar o controle de mercadoria e evitar perdas. Também faziam a lista de compras de acordo com o programado para produção de refeições da semana e digitam o cardápio na segunda-feira para ser disponibilizado aos usuários do refeitório da escola.

As merendeiras são prestadoras de serviços, funcionárias da empresa contratada pelo estado e cedidas a prefeitura municipal de Ipubi que se encarrega de direcionar as profissionais para a prestação do serviço nas escolas. Como consequência da terceirização, temos uma maior rotatividade das profissionais nos postos de trabalho, menor tempo de treinamento e menores salários, reafirmando o que foi defendido por Antunes, Alves e Druck. Ao olharmos para o tempo de experiência das merendeiras havia uma expectativa de que elas estivessem no cargo a pouco tempo, refletindo em uma alta rotatividade de funcionários, porém, como será descrito, essa expectativa não foi atendida. Apenas uma merendeira era novata, com 5 meses de serviço, as outras três já estavam no serviço como merendeiras a mais de 12 anos.

Isso indica que a terceirização não busca suprir uma necessidade temporária e eventual de serviços, mas, nesse caso, um modo de baratear os custos por meio da burla da legislação. Isso quer dizer que nesses casos deveria haver um processo seletivo via concurso público para ingresso no cargo, onde as pessoas selecionadas teriam melhores condições de trabalho e seus direitos trabalhistas resguardados além de estarem seguras da demissão sem justa causa.

Apesar de relatarem não ter recebido menos que um salário mínimo, de não haver atrasos salariais e não precisarem fazer greve, todas recebem apenas um salário mínimo, o que é menos do que receberiam caso fossem contratadas mediante concurso público e menos do que recebem as empresas prestadoras de serviços terceirizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo possibilitou discutir como está organizado e como é efetivamente realizado o trabalho das merendeiras terceirizadas num pequeno município pernambucano, além de apresentar as influências da gestão municipal sobre seu trabalho

e suas consequências na implementação do programa de alimentação escolar. A subcontratação ou terceirização existe desde os primórdios do capitalismo. Contudo, a partir da crise do capitalismo e do modelo fordista nos anos 70 e difusão do padrão do toyotismo nos 80, a terceirização passa a ter centralidade na implantação das políticas neoliberais. É a partir desse momento que a terceirização se torna central na “acumulação flexível”. Atualmente, encontramos um avanço da terceirização do trabalho no Brasil, inclusive nas cozinhas escolares.

A merendeira ao executar suas tarefas no dia a dia, relaciona-se com todos na escola, alunos, professores, funcionários administrativos, equipe gestora e visitantes. A merendeira por dever do ofício está inserida numa rede de relações interpessoais que inclui desde a vizinhança ao redor da escola, a equipe dos coletores de resíduos, os fornecedores, os entregadores, os pais, mães ou responsáveis por alunos, os próprios alunos, os funcionários, o corpo docente, a equipe gestora, a chefia do departamento de merenda; logo sendo um dos pontos de apoio no ensino e na organização e funcionamento da escola.

O serviço das merendeiras é um dos que passam pelo processo de terceirização, e com isso vemos que as condições de prestação de serviço dessas funcionárias não se igualam ao caso de que se fossem diretamente contratadas pelo estado ou se fossem selecionadas mediante concurso público. O estudo constatou que as merendeiras estão no cargo por mais de 12 anos, o que aponta para o modelo de contratação terceirizado como um meio de baratear os custos muitas vezes burlando a legislação, e nesse caso, a contratação deveria ser efetuada mediante concurso público.

Esse modelo, onde a prestação de serviço das merendeiras é terceirizado gera uma precarização das condições de trabalho das merendeiras, levando a uma violação dos direitos trabalhistas e deixando-as desamparadas no caso de uma demissão repentina. Existem efeitos deletérios desse modelo que podem atingir a área de educação pública a médio e longo prazo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. **Dimensões da precarização do trabalho**. Praxis: Bauru, 2013.

ANTUNES, R.; DRUCK, G. **A epidemia da terceirização**. In: ANTUNES, R. (org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III. São Paulo: Boitempo, 2014.

BRASIL. **Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Art. 4º da Lei nº 11.947 de 16 de Junho de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-

2010/2009/lei/111947.htm>. Acesso em: 18 mar. 2022.

CORREIO BRAZILIENSE. Estudo revela que 54% das indústrias contratam serviços terceirizados. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2013/08/14/internas_economia,382502/estudo-revela-que-54-das-industrias-contratam-servicos-terceirizados.shtml>. Acesso em: 24 mar. 2022.

CUT. Terceirização e desenvolvimento: uma conta que não fecha. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2014.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estudos Econômicos. O processo de terceirização e seus efeitos sobre os trabalhadores. São Paulo, 2007.

DRUCK G, FRANCO T, (Orgs). A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo; 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e Estados. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pe/ipubi.html>>. Acesso em: 18 mar. 2022.

TANAJURA, Indira Menezes Pinto de Castro; FREITAS, Maria do Carmo Soares de. O Relevante Trabalho das Merendeiras Escolares de Escolas Públicas de Salvador, Bahia. Revista Baiana de Saúde Pública, Salvador, 2012.